

OS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (Central, Local e Regional) VÃO CONTINUAR A PERDER PODER DE COMPRA EM 2023 E A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELA POPULAÇÃO VAI CONTINUAR TAMBÉM

ELEIÇÕES PARA A ADSE NOS DIAS 28, 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2022

(28,29, e 30 pode-se votar pela Internet, no dia 30 pode-se votar também em urna em todas as capitais de distrito onde existem secções de voto)-**VOTE PARA DEFENDER A ADSE ATENÇÃO: Quando votar não introduza os ZEROS no princípio nem as LETRAS no fim do seu número de beneficiário (a)**

Todos os beneficiários titulares da ADSE, ou seja, os que descontam 3,5%, podem votar, pois têm o direito de votar. Se não receberam o PIN (password) por carta ou e-mail, que é necessário para votar pela Internet, podem obtê-lo nos dias 28, 29 e 30. Para isso têm de entrar na plataforma da ADSE, ADSE direta, "clikando" em [Eleições CGS: Quer votar eletronicamente e não tem o seu PIN? – ADSE](#) e encontra lá as instruções para obter o PIN e como votar. **SE É BENEFICIÁRIO TITULAR DA ADSE NÃO DEIXE DE VOTAR POIS OS RISCOS QUE ELA ENFRENTA NESTE MOMENTO SÃO ENORMES:** Convenções sem médicos e atos devidos a preços esmagados pagos aos prestadores que é necessário atualizar; risco de redução dos reembolsos no Regime livre apesar de não serem atualizados desde 2004 (entre 2018 e 2021, os beneficiários pagaram no Regime livre 1184 milhões € e só foram reembolsados pela ADSE em 549 milhões € e a representante do Ministério das Finanças no Conselho Diretivo ainda os quer reduzir mais); um orçamento da ADSE para 2023 insuficiente que teve o meu desacordo (recusei-me a o assinar)devido à pressão e obstáculos da representante do Ministério das Finanças no Conselho Diretivo da ADSE. E apesar de haver 1100 milhões € de descontos acumulados no IGCP (banco público) que não rendem nada, e mais de 80 milhões pagos a mais aos prestadores com os descontos dos beneficiários que tardam em ser recuperados devido à ação da mesma representante, e uma dupla tutela (Ministério das Finanças/SEO e Ministério da Presidência/SEAP) que sufoca e estrangula a ADSE impossibilitando uma gestão eficiente que sirva os beneficiários pois querem controlar tudo através de despachos que levam meses a dar ou que não dão.

A LISTA " B – Pública, Solidária, com mais Direitos " é a lista apoiada pelos sindicatos da Administração Pública da FRENTE COMUM e pelo MURPI e é a lista que eu apoio

A REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ILIQUIDA DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS ENTRE JAN.2022 E DEZ.2023

O quadro 1, com os últimos dados divulgados pela DGAEP/MF (colunas 1 a 4), mostra a variação das remunerações ilíquidas (antes dos descontos) reais dos trabalhadores da Função Pública com os aumentos aprovados pelo governo

Quadro 1- Nº de trabalhadores, remunerações bases médias mensais e perda de poder de compra em 2022/2023

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Trabalhadores - em 30 set.2022 (1)	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL-2022			2023 (jul. 2022 +52€ ou 2%) (5)	Var. jul2022/2023 (6)	Var. poder compra jul.22/2023 (7)	Remuneração Base Média Mensal Iliquida de 2023 a preços de jan.2022 (deduzida da inflação verificada=14,2%) (8)	REDUÇÃO PODER COMPRA jan22/2023 (9)
		jan. (2)	abril (3)	julho (4)					
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	733 771	1 550 €	1 558 €	1 559 €	1 611 €	3,3%	-2,5%	1 411 €	-8,9%
Administração Central - Total	550 586	1 679 €	1 690 €	1 691 €	1 743 €	3,1%	-2,8%	1 526 €	-9,1%
Administração Local - Total	130 888	1 047 €	1 053 €	1 055 €	1 107 €	4,9%	-1,0%	969 €	-7,4%
Administração Reg.I Açores - Total	20 464	1 474 €	1 476 €	1 489 €	1 541 €	3,5%	-2,4%	1 350 €	-8,4%
Administração Reg. Madeira - Total	20 806	1 552 €	1 559 €	1 561 €	1 613 €	3,3%	-2,5%	1 413 €	-9,0%
Dirigente superior:	1 816	3 806 €	3 823 €	3 834 €	3 911 €	2,0%	-3,8%	3 425 €	-10,0%
Dirigente intermédio:	12 857	2 674 €	2 672 €	2 674 €	2 728 €	2,0%	-3,8%	2 389 €	-10,7%
Técnico superior	75 475	1 653 €	1 654 €	1 658 €	1 738 €	4,8%	-1,1%	1 521 €	-8,0%
Assistente técnico/administrativo	91 614	932 €	936 €	937 €	1 040 €	11,0%	4,7%	911 €	-2,3%
Assist. operacional/operário/auxiliar	168 205	724 €	734 €	733 €	788 €	7,5%	1,4%	690 €	-4,7%
Informático	5 238	1 818 €	1 821 €	1 821 €	1 873 €	2,9%	-3,0%	1 641 €	-9,7%
Magistrado	3 966	5 248 €	5 214 €	5 219 €	5 323 €	2,0%	-3,8%	4 661 €	-11,2%
Diplomata	398	2 457 €	2 488 €	2 497 €	2 549 €	2,1%	-3,7%	2 232 €	-9,2%
Pessoal de investigação científica	3 885	2 640 €	2 651 €	2 651 €	2 704 €	2,0%	-3,8%	2 368 €	-10,3%
Docente ensino universitário	16 508	3 641 €	3 655 €	3 679 €	3 752 €	2,0%	-3,8%	3 285 €	-9,8%
Docente ensino superior politécnico	9 787	3 214 €	3 197 €	3 199 €	3 263 €	2,0%	-3,8%	2 857 €	-11,1%
Educ. infância e ens. básico/second.	136 443	2 210 €	2 211 €	2 213 €	2 265 €	2,3%	-3,4%	1 983 €	-10,3%
Pessoal de inspeção	1 901	2 205 €	2 214 €	2 223 €	2 275 €	2,3%	-3,5%	1 992 €	-9,6%
Médico	33 238	2 646 €	2 689 €	2 701 €	2 755 €	2,0%	-3,8%	2 412 €	-8,8%
Enfermeiro	54 397	1 435 €	1 462 €	1 470 €	1 522 €	3,5%	-2,3%	1 333 €	-7,1%
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 956	1 366 €	1 414 €	1 425 €	1 477 €	3,6%	-2,2%	1 293 €	-5,3%
Técnico superior de saúde	1 905	1 861 €	1 897 €	1 893 €	1 945 €	2,7%	-3,1%	1 703 €	-8,5%
Administração tributária e aduaneira	8 959	2 122 €	2 142 €	2 143 €	2 195 €	2,4%	-3,4%	1 922 €	-9,4%
Conservador e Notário	533	4 131 €	4 165 €	4 190 €	4 274 €	2,0%	-3,8%	3 743 €	-9,4%
Oficial dos registos e do notariado	3 572	2 019 €	1 996 €	1 994 €	2 046 €	2,6%	-3,2%	1 792 €	-11,2%
Oficial de justiça	7 411	1 479 €	1 496 €	1 495 €	1 547 €	3,5%	-2,4%	1 354 €	-8,4%
Forças Armadas	24 672	1 332 €	1 345 €	1 345 €	1 397 €	3,9%	-2,0%	1 223 €	-8,1%
Polícia Judiciária	2 211	2 041 €	2 094 €	2 093 €	2 145 €	2,5%	-3,3%	1 878 €	-8,0%
Polícia de Segurança Pública	20 522	1 516 €	1 526 €	1 539 €	1 591 €	3,4%	-2,5%	1 393 €	-8,1%
Guarda Nacional Republicana	22 888	1 568 €	1 575 €	1 583 €	1 635 €	3,3%	-2,6%	1 432 €	-8,7%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	998	2 097 €	2 103 €	2 107 €	2 159 €	2,5%	-3,3%	1 891 €	-9,8%
Guarda prisional	4 114	1 105 €	1 110 €	1 110 €	1 162 €	4,7%	-1,2%	1 017 €	-7,9%
Outro pessoal de segurança	1 244	1 195 €	1 200 €	1 200 €	1 252 €	4,3%	-1,6%	1 096 €	-8,3%
Bombeiro	2 905	1 086 €	1 078 €	1 081 €	1 133 €	4,8%	-1,1%	992 €	-8,6%
Polícia municipal (e)	1 580	1 029 €	1 039 €	1 037 €	1 089 €	5,0%	-0,9%	954 €	-7,3%

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Começamos por explicar os dados do quadro anterior para que as conclusões fiquem claras para o leitor. Os dados das colunas (1) a (4) são oficiais pois foram divulgados, em 15 nov.2022, pela Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP). Os dados da coluna (5), foram obtidos com base nos dados oficiais da coluna (4), ou seja, das remunerações base medias mensais ilíquidas de julho de 2022, a que se adicionou os aumentos dos trabalhadores da Função Pública aprovados pelo governo para 2023 (52€ ou 2%, o maior dos dois, e em relação aos Técnicos superiores, Assistentes técnicos e Assistentes operacionais entrou-se com valorização das carreiras utilizando para isso a informação do site governo <https://www.portugal.gov.pt/> que embora abranja apenas uma parte dos trabalhadores destas carreiras cria a ilusão que são todos (*oculta nº dos abrangidos*). Os dados da coluna (6, a azul) mostra o aumento percentual das remunerações medias mensais ilíquidas dos trabalhadores das Administrações Publicas entre jul.2022 e 2023 incluindo os aumentos aprovados pelo governo. Os dados da Coluna (7) são obtidos com base nos da coluna (5) deduzindo o aumento de preços previsto pela Comissão Europeia (5,8%) e OCDE (6,6%) para 2023 (consideramos um aumento médio da inflação de 6%). **A conclusão que se tira é que mesmo com os aumentos anunciados pelo governo para 2023 verificar-se-á, entre jul.2022 e 2023, uma redução 2,5% nas remunerações base ilíquidas (antes de quaisquer descontos) reais (depois de deduzir a inflação) dos trabalhadores das Administrações Públicas. No entanto varia de categoria para categoria. Para médicos e dirigentes da Função Pública é de -3,8% (coluna 7, a azul). Portanto, os trabalhadores continuarão a perder poder de compra em 2023.**

Se comparamos agora as remunerações dos trabalhadores da Função Pública de jan.2022 (coluna 2) com as de 2023 (coluna 8 que inclui os aumentos aprovados pelo governo para 2023), e se deduzirmos às de 2023 o aumento de preços verificado em 2022 mais o de 2023 (14,2%) , e se depois comparando os valores obtidos (coluna 8) com os valores de jan.2022 (coluna 2) , obtém-se a variação do poder de compra das remunerações base medias ilíquidas nominais (antes de descontos) reais (depois de deduzir o aumento de preços) em 2023 (coluna 9, última à direita do quadro). **E a conclusão que se tira é que o poder de compra das remunerações bases médias mensais ilíquidas reais dos trabalhadores das Administrações Públicas reduziram-se (perderam poder de compra), entre jan.2022 e 2023, em -8,9%. No entanto, essa redução varia de categoria profissional para categoria profissional como revela a última coluna à direita do quadro (coluna 9).** Esta perda de poder de compra continuada e geral dos trabalhadores da Administração Pública é confirmada num quadro que se encontra no próprio Relatório do Orçamento do Estado para 2013 (pág. 135) com a “despesa com pessoal “ estimada para 2022 e prevista para 2023, pelo próprio governo que a seguir se transcreve na integra.

Quadro 2 – Despesa com Pessoal da Administração Central – 2022 e 2023

PROGRAMA ORÇAMENTAL	2022- Estimativa- Milhões €	2023 -Orçamento - Milhões €	Var. %
Orgãos de soberania	297,4	311,7	4,8%
Governança	188,8	240,6	27,4%
Representação externa	206,1	218,7	6,1%
Defesa	1 117,9	1 147,5	2,6%
Segurança interna	1 806,0	1 848,9	2,4%
Justiça	1 056,7	1 091,5	3,3%
Finaças	569,9	592,6	4,0%
Economia do mar	108,3	122,1	12,7%
Cultura	173,0	186,4	7,7%
Ciência, Tecnologia, Ensino superior	1 631,7	1 760,4	7,9%
Ensino básico, Secundário e Ad. Escolar	5 234,0	5 222,4	-0,2%
Trabalho, Solidariedade, Segurança Social	407,0	465,0	14,3%
Saúde	5 321,4	5 474,7	2,9%
Ambiente e Ação climática	226,4	265,4	17,2%
Infraestruturas e habitação	381,4	448,0	17,5%
Agrucultura e Alimentação	174,5	200,0	14,6%
TOTAL	18 900,5	19 595,9	3,7%

Entre 2022 e 2023, a Despesa com pessoal da Administração Central aumentará, entre 2022 e 2023, apenas 3,7% segundo o governo, o que é praticamente pouco mais de metade da inflação prevista pela OCDE para 2023. Por outro lado, a despesa com pessoal do “ensino básico, Secundário e Administração Escolar” até diminuirá em -0,2%, e a de Saúde só aumentará 2,9%, menos de metade da inflação prevista. **A pergunta que deixo para a reflexão dos leitores : Como é que com esta previsão de aumento de Despesa com Pessoal em 2023, muito inferior à inflação, se conseguirá valorizar as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente dos trabalhadores mais qualificados (médicos, enfermeiros, professores, técnicos superiores, etc.)? É evidente que quando o governo diz o contrário não está a falar verdade pois a Despesa com Pessoal que orçamentou no Orçamento de 2023 não permite nem impedir a perda de poder de compra e muito menos uma valorização que abranja muitos trabalhadores.**

Eugénio Rosa , edr2@netcabo.pt, 27/11/2022

Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com 2